

O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História

The Concept of Imaginary: Reflection on its Use by History

Márcia Janete Espig

Resumo

O presente artigo elabora uma reflexão teórica em torno do conceito de imaginário, destacando sua importância analítica para os estudos históricos atuais. Demonstrando a abrangência do conceito, que se difunde por diferentes áreas do conhecimento, bem sua notória polissemia, iremos centralizar nossa análise sobre a potencialidade do mesmo para a área da História.

Palavras-chave: imaginário, representação, teoria da história.

Abstract

The article reflects about the concept of imaginary, showing its analytic importance to present historical studies. Demonstrating the wide-ranging concept along many areas of knowledge, as its notorious polysemy, we will center on the potentiality of the mentioned concept to the History.

Key words: imaginary, representation, history theory.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A problemática do imaginário destaca-se hoje como uma tendência estimulante de debates para a historiografia contemporânea. Conceito polissêmico, pode-se dizer que sua discussão realiza, de certa forma, a tão desejada interdisciplinaridade, visto que se estende por áreas diversas das ciências humanas, tais como a sociologia, antropologia, psicologia e, é claro, a história.

Embora o termo imaginário não seja, por

si só, novidade, vem sofrendo re-significações recentemente, no sentido de abarcar uma gama bastante extensa de questões e problemas cada vez mais necessários ao debate acadêmico. Mutações na própria forma de conceber o trabalho historiográfico, e também na concepção de ciência e do racional, vêm impulsionando os estudos nos quais este termo ganha lugar central. Tal não ocorre por acaso: hoje, o historiador encontra-se mais sensível a temáticas que se aproximem do simbólico. Neste sentido, observamos um significativo aumento dos estudos

Márcia Janete Espig é Mestre em História/UFRGS; Doutoranda em História/UFRGS; Professora do Curso de História da ULBRA; Professora do Departamento de História e Geografia da UCS.

Endereço para correspondência: Fone: 3330-8791; e-mail: mespig@cpovo.net)

Textura	Canoas	n. 9	nov. 2003 a jun. 2004	p. 49-56
---------	--------	------	-----------------------	----------

na área de história cultural, verificando-se a abertura de novos campos para o historiador. Estudando ritos, símbolos, práticas, apropriações, leituras, representações, enfim, uma grande variedade de fenômenos referentes à subjetividade do agente histórico, a história cultural atual (também chamada de Nova História Cultural) distingue-se da história cultural dita “tradicional” justamente pela tentativa em ultrapassar antigos preconceitos e pela expansão do próprio conceito de cultura. Peter Burke destaca a importância da história cultural atual (que denomina “antropológica”) tornar-se “polifônica”, mostrando diferentes pontos de vista, diferentes línguas. Como proposta, coloca o modelo do encontro, ou seja, destaca a importância de que a história estude os encontros e interações entre diferentes culturas, evitando um discurso homogeneizante. Estes estudos se situariam nas fronteiras culturais, tema complexo e envolvente para muitos historiadores (BURKE, 2000).

Inexiste, porém, um consenso sobre as origens da história cultural recente. Lynn Hunt acredita que esta represente uma “quarta fase” da escola dos Annales, tese que não se encontra sedimentada no meio acadêmico (HUNT, 1992, p. 9). A dificuldade de tal aceitação deve-se, segundo acredito, à existência de uma vertente marxista (ou neo-marxista) que também enquadra seus estudos junto a história cultural. Sem conseguir encaixá-la em um modelo claro e único, alguns autores irão acusar esta vertente historiográfica de “caótica”, destacando o que chamam de ausência de paradigmas (VAINFAS, 1997, p. 149/150). Ronaldo Vainfas chega ao ponto de afirmar que a história cultural é um “refúgio” para a antiga história das mentalidades, cujo declínio, nos anos 80, deveria-se justamente à indigência teórica. Rejeitando o conceito de mentalidades, a história cultural continuaria no mesmo campo de estudos (o mental) e seria “(...) um outro nome para aquilo que, nos anos 70, era chamado de história das mentalidades” (1997, p. 148).

Não há dúvidas de que a história cultural e, em seu interior, o conceito de imaginário, possui relações com os estudos elaborados pela dita história das mentalidades. Entretanto, existe um grande esforço no sentido de ultrapassar teoricamente aquela escola. Se o con-

ceito de mentalidades assentava-se justamente sobre o que “não é” mentalidades (ARIÈS, 1990), se era possível defini-lo como o “não sei o quê da história” (LE GOFF, 1988), hoje este tipo de indefinição não é mais aceito pela comunidade de historiadores. O conceito de mentalidades, que realmente apresentava muitos problemas metodológicos, foi ultrapassado definitivamente. A meu ver não foi simplesmente substituído pelo conceito de imaginário. Embora este tenha resolvido vários dos dilemas teóricos expressos por aquele, aproveitando-se para isto das críticas feitas anteriormente, sua construção elevou-se bem acima do conceito de mentalidades, trazendo questionamentos renovados que, como já foi dito, souberam aproveitar-se das reflexões feitas por diferentes áreas do conhecimento. De forma inteligente, alguns autores alcançaram também a superação de certos dilemas trazidos pelo conceito de ideologia, tributário por sua vez da tradição teórica marxista. Entretanto, a reflexão sobre as relações entre os três conceitos citados acima não me interessará aqui, visto que dela já me ocupei anteriormente (ESPIG, 1998). Centralizarei minha análise no conceito de imaginário e sua virtualidade analítica.

O CONCEITO DE IMAGINÁRIO

Muitos são os autores que vêm se preocupando com o debate sobre imaginário. A necessidade de dotar o termo de um conceito claro e operacional levou os historiadores a apropriarem-se das pesquisas e reflexões de outras disciplinas, tais como a filosofia e a antropologia. Entretanto, como veremos, as preocupações distintas entre estas áreas do conhecimento vêm criando diferenças na forma de conceber o imaginário. Os estudos filosóficos acerca do tema demonstram uma forte tendência analítica, tendendo por vezes para o abstrato; as reflexões antropológicas tendem a cristalizar-se em torno de temporalidades sincrônicas, enquanto a história preocupa-se com a diacronia. No entanto, o historiador encontra-se aberto às contribuições destas disciplinas, desenvolvendo ainda questões metodológicas referentes ao uso do conceito. Ao referir-se a situações concretas

e em processo de mudança ou transformação, a história buscará um refinamento operacional deste conceito, refinamento este que ocorrerá através do contato com o empírico.

O historiador romeno Lucian Boia acredita que são os filósofos e antropólogos que têm evidenciado teoricamente as estruturas do imaginário, permanecendo os historiadores atrelados a tais descobertas. Segundo ele, os historiadores sequer tentariam se reconhecer nas regras do jogo estabelecido por outros, desistindo de construir uma teoria histórica específica (BOIA, 1998, p. 7). Mesmo reconhecendo o valor das obras de historiadores tais como Georges Duby, Jacques Le Goff e Jean Delumeau, Boia considera que “Il existe des imaginaires historiques plutôt qu’une véritable histoire de l’imaginaire”. (1998, p. 07)¹

Na verdade, Boia analisa a existência de uma marcante diferenciação entre os trabalhos de antropólogos e historiadores. Enquanto os primeiros se deteriam, sobretudo, sobre as formas cristalizadas de imaginário, produzidas pelas constantes do espírito humano, em uma abordagem eminentemente estrutural, os segundos preocupar-se-iam com as transformações, ou a “historicidade” do conceito. Trata-se de um debate bastante antigo das ciências humanas, reatualizado pelo autor ao discutir o conceito de imaginário e que se refere à existência de uma pretensa dicotomia entre mudança e permanência, entre estruturas e transformação.

Vários autores já se preocuparam com esta questão, chegando a conclusões aproximadas. O antropólogo Marshall Sahlins critica a existência de dicotomias a partir das quais muitas vezes se pensa a cultura e a história, tais como estrutura/evento, estático/dinâmico, estrutura/superestrutura. Para solucionar tais dilemas, este autor defende o conceito de “estrutura da conjuntura”, que busca articular a historicidade às permanências:

O que quero dizer com estrutura da conjuntura é a realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos (SAHLINS, 1990, p.15).

A resposta encontrada por Sahlins para resolver a antinomia estrutura/evento é compartilhada por sociólogos como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu e pelo historiador E.P. Thompson, que insiste na capacidade do sujeito histórico “fazer-se” a si mesmo, apesar das coerções estruturais (BIERSACK, 1992, p. 120). Trata-se de uma solução clássica que será, de certa forma, retomada e reforçada por Boia.

Boia reconhece que a história do imaginário é uma história estrutural, entretanto profundamente dinâmica ao mesmo tempo. Entre ambos os termos, acredita o autor, não existe uma contradição, mas sim uma complementaridade. A proposta de Boia para a história do imaginário, portanto, será de convergência entre os modelos antropológico e histórico, visto que o imaginário, apesar de possuir continuidades ao longo do tempo, também se mostra mutável – e cada época conferirá transformações a uma base que é comum.

Uma preocupação semelhante pode ser encontrada no trabalho do também historiador Bronislaw Baczko. A busca de uma solução para o dilema entre conservação e mudança (dilema este que se coloca como um dos problemas mais sérios do conceito de mentalidades), receberá uma proposta metodológica interessante por parte de Baczko. Segundo ele, em alguns momentos históricos, irá acontecer o que denomina um “tempo quente” na produção de imaginários – ou seja, durante um momento de conflito social (ou “comoção de estruturas”) a imaginação poderá sofrer um ímpeto particular, ocorrendo uma produção acelerada de significações para os acontecimentos (1991, p. 39). Refere Baczko:

A própria dinâmica da revolução, a transformação das estruturas políticas e sociais, bem como dos modos de pensar e dos sistemas de valores, e ainda os conflitos políticos e sociais marcados pela presença das massas, em especial as multidões revolucionárias – todos estes fatores estimulam a produção acelerada dos sentidos que se procura atribuir à precipitação de acontecimentos cujos efeitos muitas vezes surpreendem os atores políticos e sociais (BACZKO, 1985, 320).

Esta proposta, bastante interessante, já que intenta resolver o problema teórico aci-

¹ “Existem antes imaginários históricos do que uma verdadeira história do imaginário” (tradução aproximada).



ma destacado, surge no momento em que o autor elabora seu estudo de caso acerca da Revolução Francesa. Entretanto, Baczko não elabora uma reflexão mais sofisticada sobre as relações entre a comoção de estruturas e os eventos, nem esclarece o quão “quente” deve ser o tempo para que a produção de imaginários sofra um acréscimo. A própria denominação “tempo quente”, destinado às crises revolucionárias, não é suficientemente esclarecida. Acredito, porém, que se trata de uma pista muito útil ao historiador, auxiliando-o em sua difícil tarefa de articular temporalidades diversas e explicar as mutações ocorridas no imaginário social.

De grande importância é a discussão sobre o próprio conceito de imaginário, dotado de notória polissemia. A ampla variedade de autores e de áreas do conhecimento envolvidas neste debate já mostra, por si só, algumas das dificuldades inerentes a este trabalho. Observe-se, neste sentido, a aprofundada discussão elaborada por Sandra Pesavento, em um artigo que resgata e analisa a contribuição de alguns dos mais importantes autores que se detiveram sobre a problemática do imaginário. Relacionando esta temática à chamada “crise de paradigmas”, que marca a inflexão do mecanicismo cientificista, a autora destaca que

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer (PESAVENTO, 1995, p. 24).

Sobre este “jogo de espelhos” estabelecido pelo imaginário, observemos o conceito trazido por Baczko. Para este autor, o termo evoca um conjunto de representações coletivas e idéias imagens formuladas socialmente. Entretanto, não devemos supor que o imaginário marque uma distinção com relação ao real, pois aquele possui uma realidade específica e um impacto variável sobre as mentalidades e comportamentos (BACZKO, 1991, p. 08). A relação real-imaginário será, de fato, um dos tópicos

mais discutidos pelos autores, como veremos a seguir.

Antes, porém, é necessário que relacionemos o conceito de representação, visto que este será a base da reflexão proposta por Baczko sobre o imaginário social. Este tema foi insistentemente discutido pelo historiador francês Roger Chartier, que reconhece em seu campo analítico três modalidades de relação com o mundo social: o trabalho de produção de sentidos múltiplos para o real, visto que a realidade é construída de maneira diversa pelos diferentes grupos sociais; as práticas que visam estabelecer uma identidade própria no mundo; e finalmente as formas institucionais mediante as quais umas pessoas representam a outras (CHARTIER, 1990, 23). A representação tanto poderá dar a ver algo ausente, como poderá exibir uma presença, como apresentação de algo ou alguém (CHARTIER, 1990, 20). Em ambos os casos, colocará “algo no lugar de”, ou seja, simulará uma presença – não uma simples presença, mas uma presença dotada de significado simbólico. Neste sentido, Carlo Ginzburg observou que

Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85).

Será o conjunto de representações, segundo Baczko, que distinguirá o termo imaginário. O qualificativo social, empregado por este autor, remeterá o conceito ao conjunto da população, ou pelo menos a um grupo específico no interior de determinada população.

Não há como desvincular a problemática do imaginário da discussão acerca de sua relação com o real. Esta foi um constante ponto de discórdia com o pensamento científico ou materialista, que tradicionalmente considerou o imaginário como algo ilusório, ou mesmo como um engodo (BACZKO, 1991, p. 12/13; PESAVENTO, 1995, p. 11). No centro desta concepção, imaginário significava um



real construído de maneira deformada; caberia ao pensamento científico justamente a operação desmistificadora que separaria o quimérico do verdadeiro.

Entretanto, o avanço dos estudos e a difusão das reflexões sobre esta temática tem estabelecido novos parâmetros de debate. Atualmente esta problemática é alvo de uma discussão muito mais sofisticada, que questiona inclusive a pretensa dicotomia (tão cara aos cientificistas) entre real e imaginário. Sobre este assunto, Cornelius Castoriadis destaca a inextricável ligação entre imaginário e real, considerando que mesmo as categorias racionais são mantidas, nas mais diversas sociedades, por significações que são imaginárias. Afirma ainda que

O “real” da natureza não pode ser captado fora de um quadro conceitual, de princípios de organização do dado sensível, e estes nunca são – mesmo em nossa sociedade – simplesmente equivalentes, sem excessos, sem faltas, ao quadro de categorias construído pelos lógicos (aliás eternamente retocado). Quanto ao “real” do mundo humano, não é somente enquanto objeto possível de conhecimento, é de maneira imanente, no seu ser em si e para si, que ele é categorizado pela estruturação social e o imaginário que este significa; relações entre indivíduos e grupos, comportamento, motivações, não são somente *incompreensíveis* para nós, são *impossíveis em si mesmos* fora deste imaginário (CASTORIADIS, 1982, p. 193).²

Opinião semelhante será expressa por Baczko. Este autor sublinha o fato de que, contemporaneamente, a problemática do imaginário afasta-se cada vez mais de suas significações tradicionais – ou seja, como ilusório ou quimérico – alçando-se ao status de temática relevante e mesmo fundamental do conhecimento histórico. Segundo o historiador polonês

O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única “real”. Em contrapartida, as ciências humanas tendem cada vez mais a considerar que os sistemas de imaginári-

os sociais só são “irreais” quando, precisamente, colocados entre aspas (BACZKO, 1985, p. 298).

Desta forma, a própria realidade é vista como tendo sido instituída pelo imaginário. Entretanto, este não pode ser considerado apenas como conservador da realidade social, já que pode contribuir igualmente para a alteração de uma ordem vigente. Tânia Navarro Swain considera que o imaginário possui uma “atividade criadora circular” em relação ao real – pois o cria ao mesmo tempo em que é criado. Conclui a autora que

Encontramos, desta forma, o imaginário e o real não como opostos, mas como dimensões formadoras do social, em um processo atualizador imbricado; imaginário e real não se distinguem, senão arbitrariamente (SWAIN, 1994, 56).

As colocações da autora aproximam-se de considerações enunciadas por Boia, quando este afirma que

L’imaginaire se mêle à la réalité extérieure et se confronte avec elle; il y trouve des points d’appui ou, par contre, un milieu hostile; il peut être confirmé ou répudié. Il agit sur le monde et le monde agit sur lui. Mais, dans son essence, il constitue une réalité indépendante, disposant de ses propres structures et de sa propre dynamique (BOIA, 1998, p. 16).³

Neste sentido, observamos portanto uma relação íntima e circular entre o real e o imaginário, sendo praticamente impossível estabelecer com segurança os limites entre ambos. A criação e re-criação entre real e imaginário é contínua, criativa e imprevisível. Não por acaso, Baczko sublinha o fato de que a possibilidade de manipulação de imaginários é muito restrita, visto que esta só funcionará quando repousar em uma identidade de imaginação – ou seja, quando fizer sentido para a comunidade a qual se dirige (BACZKO, 1991, p. 45).

³ “O imaginário se mistura à realidade exterior e se confronta com ela; ele encontra pontos de apoio ou, ao contrário, um meio hostil; pode ser confirmado ou repudiado. Ele age sobre o mundo e o mundo age sobre ele. Mas, em sua essência, ele constitui uma realidade independente, dispondo de suas próprias estruturas e de sua própria dinâmica” (tradução aproximada. Grifos meus).

² Grifos do autor.



Parece-me que no centro deste debate encontra-se outro problema muito caro às ciências humanas: a relação entre subjetividade e objetividade na construção do conhecimento.

Embora durante longa data os pesquisadores tenham desejado ardorosamente uma pretensa “objetividade” na construção dos mais diversos saberes, hoje já se admite o papel da subjetividade – e, junto a este, do imaginário e das representações – na produção do conhecimento sobre uma sociedade. Seja como agentes históricos, produtores de documentação no passado, ou como historiadores, que reconstróem um passado com base nestas fontes, selecionando o tema, a forma narrativa, o eixo de análise, etc, a subjetividade surge com grande força no fazer historiográfico. O sonho positivista há muito já se desfez, visto que esperava uma história objetiva; da mesma forma, desintegrou-se uma certa quimera marxista, que desejava explicar o mundo encaixando-o em uma teoria reveladora do real. Ambas as posturas desprezavam a criação imaginária do mundo.

Atualmente, tanto as fontes documentais como as obras produzidas por historiadores são reconhecidas como representações sobre o passado. Influenciadas por sua época, por seu contexto e mesmo pela experiência daqueles que as construíram, relatam uma “verdade” ou falam sobre um “real” que existe além de suas descrições, porém ao qual só teremos acesso através de suas narrativas. Neste sentido, nosso conhecimento está restrito a fragmentos de um real passado. O reconhecimento desta situação, segundo me parece, não demonstra uma “derrota” da perspectiva científica ou uma demonstração da incapacidade de produzirmos histórias válidas sobre nosso passado. Mas marca uma inflexão fundamental, visto que recoloca a própria noção de ciência e de cientificidade em novos termos. Hoje, uma boa obra de história não é aquela em que o autor conseguiu livrar-se de sua subjetividade ao construir sua narrativa (mesmo porque tal seria impossível), mas sim aquela na qual o autor soube perceber e usar a seu favor a inevitável subjetividade de sua escrita. E quanto às fontes, percebê-las enquanto representações construídas pe-

los agentes históricos pode trazer um maior refinamento à análise e mesmo uma maior honestidade intelectual.

Ao estabelecer uma “identidade” para uma sociedade, bem como códigos de comportamento coletivamente aceitos, o imaginário assume uma realidade específica, não podendo mais ser percebido tão somente como um tipo de “adorno” de relações econômicas, políticas, etc., como se estas fossem as únicas “reais” (BACZKO, 1991, p. 14). Embora refira-se ao real, o imaginário social não será mero reflexo deste, mas sim representações elaboradas sobre este real a partir de materiais tomados de aspectos simbólicos existentes em determinada sociedade ou grupo. As lutas e conflitos estabelecidos em torno destes bens simbólicos comprovam, segundo Baczko, seu caráter imaginário mas não ilusório. O exercício do poder passa pelo imaginário coletivo, e é por ele reforçado e multiplicado através da conjugação das relações de sentido e pela apropriação de símbolos. (BACZKO, 1991, p. 16).

Os imaginários sociais proporcionam a um grupo a designação de uma identidade e de uma representação sobre si próprio, auxiliando ainda na distribuição de papéis e funções sociais, expressão de crenças comuns e modelos. Neste sentido, o imaginário pode possuir a virtualidade de criar uma “ordem social” - daí sua importância como dispositivo de controle da vida coletiva e de exercício do poder. (BACZKO, 1991, p. 28). Sendo assim, a legitimidade do poder será conferida através de relações de sentido, descartando-se o uso tão somente de relações de força. Seja através do direito divino, ou de leis constitucionais, a legitimidade do poder será conferida a partir da crença dos dominados de que tal dominação é justa, boa ou legal.

O sucesso da dominação simbólica dependerá, portanto, do controle dos circuitos de produção e difusão dos imaginários sociais pelos poderes constituídos. Devemos observar, porém, que o êxito na manipulação de imaginários será restrita, sendo eficaz apenas quando se basear naquilo que Baczko denomina “identidade de imaginação” - ou seja, quando possuir a capacidade de fazer sentido para um determinado grupo social (BACZKO, 1991, p. 45). Caso esta identidade falhe, a linguagem e o imaginário tende-



rão a desaparecer ou a reduzir-se a funções meramente decorativas, que não terão eficácia como canalizadores de ações sociais.

CONCLUSÕES

O uso qualificado de conceitos tem sido um constante desafio ao trabalho do historiador. Independentemente da vertente teórica que escolher, ver-se-á frente a um campo analítico particular, que proporcionará instrumentos de análise variados ao seu objeto de estudo.

Não será diferente com os conceitos oriundos da Nova História Cultural, entre os quais se inclui o conceito de imaginário, do qual vim me ocupando. Este conceito possui peculiaridades muito interessantes ao trabalho do historiador, contando ainda com a colaboração teórica de diferentes áreas do conhecimento, tais como antropologia e filosofia. Porém, como tentei demonstrar, o historiador deverá aproximar esta temática das preocupações que são próprias a sua disciplina, quais sejam, a idéia de mudança, de processo e mesmo o refinamento conceitual através do contato com as fontes empíricas. Neste sentido, caberá ao historiador um constante trabalho de reflexão teórica, pois o conceito de imaginário, segundo acredito, merece ainda atenção profunda por parte deste profissional, a fim de sofrer um apuramento gradual, tornando-se ainda mais útil à ciência histórica.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A história nova*. São Paulo : Martins Fontes, 1990. p. 153-176.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales : memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1991.
- _____. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Antropos, 1985.
- BIERSACK, Aletta. Saber local, história local : Geertz e além. In: HUNT, Lynn. (org) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-130.
- BOIA, Lucian. *Por une histoire de l' imaginaire*. Paris: Les Belles Letres, 1998. p. 7-56.
- BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.
- _____. A história hoje : dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, 1994.
- ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário : cruzamentos e aproximações teóricas. Porto Alegre : *Revista Anos 90*, n. 10, 1998, p. 151 - 167.
- FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico*. Porto Alegre: [s.ed.], 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Representação: a idéia, a palavra, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.
- GUAZELLI, César; PETERSEN, Sílvia et all. *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.
- HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. (org) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-29.
- LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 68-83.
- PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história : imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990,



SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário?
In: _____. (org.) *História no plural*. Brasília :
Ed. UNB, 1994.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um
planetário de erros - uma crítica ao pensa-
mento de Althusser*. Rio de Janeiro : Zahar,
1981.

_____. *As particularidades dos ingleses*. Campi-
nas: Editora da Unicamp, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades
e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. e
VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da his-
tória: ensaios de teoria e metodologia*. Rio
de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-158.

